

## APRESENTAÇÃO

*O momento atual brasileiro suscita reflexões sobre as possibilidades e limites da Assembléia Constituinte e as formulações de princípios básicos a serem incluídos na nova Constituição. O que se questiona, em diversas áreas específicas de preocupação, é a profundidade de mudança possível quando as forças sociais permanecem essencialmente as mesmas. Emergem, como indicador de alguma transformação, as novas formas de organização da sociedade civil enquanto possível sujeito de pressões no sentido de reforçar, no novo texto, as noções de cidadania e justiça.*

*Assim, João Almino retoma a discussão sobre as origens da propriedade enquanto matéria constitucional e sobre sua relação com as questões da liberdade e da igualdade. Colocando a propriedade no centro de uma análise sobre o regime político e os valores da democracia, o argumento de João Almino é que não pode haver repartição do poder social onde a propriedade está desigualmente repartida.*

*A educação enquanto direito de todos e dever do Estado foi considerada de formas diferentes nas constituições brasileiras, de acordo com o momento político que as gerou. O artigo de Maria Francisca Salles Pinheiro procura mostrar como as forças sociais em jogo limitaram a democratização do ensino. Constatase que as concepções educacionais em conflito no passado permanecem essencialmente as mesmas no presente e deverão confrontar-se na Constituição.*

*A democratização das instituições exige, também, democratização da informação e da comunicação social. José Salomão D. Amorim apresenta os desafios colocados pelas novas tecnologias de comunicação. As exigências de uma comunicação democrática indicam os temas que deveriam ser objeto de legislação para atingir um novo modelo de comunicação.*

*As condições e perspectivas para a democracia no Brasil são discutidas por Eli Diniz, que considera a transição brasileira como resultante de um choque entre o projeto de mudança concebido pelos mentores do regime autoritário e a vontade política das forças que lhe opuseram resistência. Com o retraimento das instituições representativas observado depois das eleições de 1985, a autora coloca-lhes o desafio de converter-se em canais efetivos de articulação e de generalização de interesses corporativo-setoriais. Trata-se de uma abordagem crítica que procura aprofundar a temática mais ampla da democracia possível no Brasil.*

*A corrida de obstáculos burocráticos que o pesquisador enfrenta no processo de produção científica e tecnológica constitui a preocupação central do artigo de Fernanda Sobral. Retomando uma discussão teórica da concepção weberiana de dominação burocrática, a autora desenvolve uma argumentação para demonstrar o conteúdo político dos entraves burocráticos que expressam interesses específicos do capitalismo dependente e se tornam instrumentos de controle político e ideológico da pesquisa.*

*Em última análise, o que ressalta como ponto comum a todas essas argumentações é a tentativa de localizar a fronteira móvel entre o poder do Estado enquanto condensação e expressão das forças sociais e o poder de controle sobre o Estado por uma sociedade civil organizada. A localização desta fronteira determinará o grau de democratização expresso na nova Constituição.*

MARIA LUCIA MACIEL